



# FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955  
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouidoria: 0800-7220140

### Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021, da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

### CENÁRIO ECONÔMICO

Os três principais temas que dominaram os noticiários internacionais nos primeiros seis meses de 2022 continuaram os mesmos na segunda metade do ano: a guerra russo-ucraniana, a política de tolerância zero com a Covid-19 na China e o processo de aperto monetário nos Estados Unidos e na Zona do Euro. Apesar da temática ser praticamente a mesma, pode-se dizer que ocorreram desdobramentos em todos os tópicos supracitados.

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia no início de 2022 chocou o mundo e o velho continente - que se viu, novamente, assombrado pelo espectro da guerra. Como retilação aos embargos impostos pelo Ocidente, o governo russo reduziu sua oferta de commodities energéticas no mercado internacional, o que acarretou uma escalada da inflação nas principais economias do mundo, por meio de um choque de oferta. A despeito de um cenário de ainda muita incerteza, parece que o conflito encontrou um certo "equilíbrio instável", por assim dizer, no segundo semestre de 2022. Essa ausência de novos desdobramentos na guerra, alinhada às medidas tomadas pelos países ocidentais para reduzir a dependência das exportações russas, contribuiu para uma queda nos preços do petróleo e do gás natural - que já se encontram, inclusive, em patamares similares aos observados no pré-guerra. A política de tolerância zero com a Covid-19 na China também favoreceu uma escalada no nível de preços ao redor do mundo, na medida em que a imposição de lockdowns mandatórios afetou severamente o funcionamento de fábricas e de transportes chineses - com consequências diretas sobre o comportamento das cadeias de suprimento globais. No entanto, após muita pressão popular, ao final do segundo semestre de 2022, o governo chinês optou por arrefecer as restrições ligadas à Covid-19. Tal medida deve contribuir tanto para uma recuperação da atividade econômica na China quanto para uma menor pressão inflacionária mundial; mas, ao mesmo tempo, levanta dúvidas sobre a sustentabilidade, do ponto de vista da saúde pública, de uma reabertura completa da economia chinesa. Ademais, é importante salientar que, no médio prazo, os problemas com o setor imobiliário chinês - visto o alto nível de alavancagem das empresas e a queda nos preços dos imóveis - devem continuar no radar. Para o longo prazo, certamente a disputa com os Estados Unidos pela hegemonia política e econômica global - uma questão que perpassa pelas recentes discussões acerca do território de Taiwan - é de suma importância.

O processo de ajuste monetário por parte dos bancos centrais norte-americano e europeu atingiu um estágio bem mais avançado no segundo semestre de 2022. A inflação parece ter alcançado seu pico nessas economias, porém ela ainda se encontra absolutamente descolada das respectivas metas. No caso dos Estados Unidos, continuaram as divergências entre os analistas do mercado: uma parcela vê espaço para cortes na taxa de juros básica norte-americana já na segunda metade de 2023, enquanto a outra desejaria observar uma convergência mais acentuada da inflação para a meta antes de iniciar o processo de afrouxamento monetário. Independentemente do que efetivamente venha a acontecer, é praticamente consenso que esse aperto monetário sincrônico contribuirá para uma desaceleração econômica em 2023.

Em suma, o segundo semestre de 2022 foi marcado tanto por notícias positivas quanto negativas vindas do cenário externo. De um lado, a queda no preço das commodities energéticas e a decompressão das cadeias de suprimento globais contribuíram para uma melhora na dinâmica inflacionária mundial na reta final do ano passado. Do outro, os efeitos adversos da política monetária contracionista sincronizada são perceptíveis nos dados de atividade econômica europeus e norte-americanos. No geral, a perspectiva de desaceleração econômica e juros mais altos nas economias desenvolvidas tende a desencorajar o apetite por risco dos investidores, mas o Brasil ainda continua sendo uma boa opção nesse contexto internacional conturbado, a depender do cenário político local. No Brasil, a transição do primeiro para o segundo semestre foi marcada pela continuidade de medidas de transferência de renda e controle de preços administrados. Citamos a aprovação da Lei Complementar 194 - que limitou a cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações - e da PEC nº 15 ("PEC dos Auxílios") - que elevou o valor do Auxílio Brasil em 50% e criou benefícios para caminhoneiros e taxistas. Nesse contexto, as expectativas para inflação e crescimento em 2022 foram sendo sistematicamente revistas para baixo e para cima, respectivamente, ao longo do segundo semestre. De fato, o Brasil fechou o ano passado com uma inflação de 5,79% a.a. (acima do teto da meta de inflação) e o PIB deve apresentar crescimento próximo de 3,0%.

Apesar da melhora da perspectiva econômica, os ativos brasileiros não performaram tão bem quanto poderiam no segundo do semestre, principalmente devido às discussões de caráter político. A grande polarização das eleições presidenciais de 2022 e as promessas de campanha de ambos os concorrentes contribuíram para a materialização de um ambiente econômico e político com muitas incertezas. Ademais, as sinalizações - no mínimo, questionáveis - dadas pelo novo presidente eleito sobre o futuro dos gastos públicos e da nova âncora fiscal foram muito mal-recebidas pelo mercado. Formou-se, portanto, um ambiente de muita volatilidade na segunda metade do ano, que prejudicou a performance dos ativos brasileiros. Não obstante, em 2022, o Ibovespa subiu 4,7% e o real valorizou aproximadamente 5% frente ao dólar - um desempenho razoável, considerando a queda de 19,5% do S&P 500 e a alta de 8% do DXY¹.

Apesar das incertezas de caráter político e a continuidade do ambiente polarizado - vide a invasão da Praça dos Três Poderes em 08/01/2023 -, o Brasil permanece bem-posicionado no cenário internacional em 2023. A taxa de juros real em território altamente contracionista contribui para uma inflação em tendência de queda e para a entrada de investimentos estrangeiros. Ademais, as contas públicas estão relativamente em ordem² e não se discute necessidade no Brasil, como ocorre em outros países. No entanto, existem ainda muitas incertezas: os gastos públicos mais altos, o futuro do arcabouço fiscal, a possível alteração de reformas estruturais e a polarização observada na sociedade brasileira até então.

É esperado que a volatilidade observada no final do segundo semestre de 2022 continue ao longo da primeira metade de 2023 - pelo menos nos primeiros meses, até ocorrer uma definição mais clara dos temas de caráter sensível supracitados. O cenário externo deve permanecer desafiador, com a continuidade da luta contra a inflação das economias desenvolvidas e a desaceleração econômica global iminente. Isso pode ser bom ou ruim para o Brasil, a depender das políticas econômicas, sociais e ambientais que forem sinalizadas e implementadas.

¹ O DXY é um índice que mede o valor do dólar americano frente a uma cesta de seis moedas fortes: euro, libra, iene, coroa sueca, franco suíço e dólar canadense.  
² O Governo Central deve apresentar em 2022 o primeiro superávit primário desde 2014 e a Dívida Bruta do Governo Geral deve terminar o ano em valor inferior ao observado no início de 2019.

### SUSTENTABILIDADE ESG

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacamos o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Para tanto, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas com clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos significativos ambientais, sociais ou de governança ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. Por outro lado, o Alfa tem atuação crescente no financiamento de setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o Alfa tem trabalhado para aprimorar a integração da sustentabilidade à sua estratégia de negócios e está em constante aprimoramento das iniciativas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

Nossa estratégia ESG é colocada em prática através de cinco pilares, quais sejam: (a) Responsabilidade Social: (b) Diversidade, Equidade e Inclusão; (c) Inovação e Sustentabilidade; (d) Compromissos Públicos e Engajamento Institucional; e (e) Produtos ESG.

Em 2022, visando atender às melhores práticas de transparência e reporte, publicamos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, trazendo informações econômicas, sociais, ambientais e de governança em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI) - padrão adotado mundialmente para relatórios de sustentabilidade.

Igualmente relevantes, e reforçando nosso comprometimento com a garantia de equidade, a promoção da inclusão e o respeito à pluralidade de opiniões, foram publicadas as Políticas (i) de Diversidade, Equidade & Inclusão e (ii) de Direitos Humanos.

No pilar Responsabilidade Social, várias campanhas - doação de sangue, agasalhos, Dia das Crianças e Natal - conectaram nossos clientes, parceiros e colaboradores.

A campanha do Dia das Crianças levou nossos colaboradores até a Somar para auxiliar a Mostra Cultural - evento realizado por esta Organização que oferece oportunidades para moradores em comunidades de extrema vulnerabilidade social.

A campanha de Natal alcançou 190 crianças e adolescentes e 148 idosos, tendo o Alfa contribuído com cestas básicas e fraldas geriátricas. Também continuamos com a agenda de conscientização de nossos colaboradores e clientes, organizando lives e conteúdos nas redes internas com temáticas relacionadas à diversidade & inclusão, saúde e bem-estar. Ainda no âmbito deste Pilar de Diversidade, Equidade & Inclusão, elaboramos mais uma vez o mapeamento de nossos colaboradores no intuito de aprimorar as ações no que se refere à inclusão e diversidade.

Quando a Alfa Collab - que é o hub de inovação do Alfa -, as startups que participam de nosso programa têm a obrigação de respeitar os dez princípios enunciados pelo Pacto Global. Esta condição consta do documento de entrada da Startup no Alfa Collab. Ainda, a partir do momento em que a Startup passa a fazer parte do nosso portfólio de investimentos, ela fica obrigada a implementar determinadas políticas e práticas em suas operações que visam alcançar a sustentabilidade em seus negócios em um determinado horizonte de tempo. Também foi criado um Cluster de Impacto que abrigará startups que gerem impacto socioambiental positivo e mensurável, além do retorno financeiro.

No pilar de Compromissos Públicos e Engajamento Institucional, seguimos firmes no nosso propósito de observância dos principais movimentos setoriais. E, seguindo nossa agenda regulatória, publicamos nossa Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática.

Dentro do Pilar de Produtos ESG, lançamos a jornada ALFA NETZERO, que é um programa de apoio aos clientes e seus parceiros na transição para uma economia carbono neutra, disponibilizando produtos e serviços diversos, desde cálculos de emissões, passando por venda de crédito de carbono, desenvolvimento de projetos de transição e linhas de financiamento. Ainda sob a égide do Pilar de produtos, as seguintes linhas e operações merecem destaque:

- Continuamos com as linhas de financiamento para veículos híbridos e elétricos com as quais viçamos atuando;
- ODC Leasing para o financiamento de Carregadores Elétricos;
- Capital de giro para as concessionárias de veículos em projetos de energia fotovoltaica;
- CDC PF para o financiamento de placas fotovoltaicas;
- CDC PF para o financiamento de bicicletas premium;
- CRA - C-Pre Pay Serviços de Gestão de Pagamentos S.A.: 1º CRA de uma startup ligando micro e pequenos produtores rurais ao mercado de capitais, no valor de R\$ 50 milhões;
- Debêntures Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.: 1ª emissão de debêntures em projeto edício de R\$ 109,5 Milhões (Casa dos Ventos);
- Debêntures UVF Pitombeira S.A.: coordenação da emissão de R\$ 200 milhões para desenvolvimento e implantação da usina de geração de energia solar (UVF Pitombeira);
- Debêntures Rio Alto STL Holding I S.A.: coordenação da emissão de R\$ 465 milhões classificado como greenbond pela Exame para parques solares do Rio Alto;
- Fianças: em 2022, emitimos ou renovamos R\$ 588 milhões para o setor de energias renováveis, sendo nosso estoque total de R\$ 978,6 milhões.

Seguimos com nossa agenda para acelerarmos e desenvolvermos essas iniciativas e termos um ano ainda mais produtivo, sempre visando um crescimento sustentável e inclusivo, promovendo a preservação do meio ambiente e a integração social e assegurando uma boa governança e a integridade no ambiente de negócios.

### DESEMPENHO DAS ATIVIDADES RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido da Companhia atingiu no exercício R\$ 45.970 mil (2021 R\$ 76.059 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 4,43% (2021 7,75%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.036.693 mil (inicial de 2021 R\$ 981.886 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 447,82 (2021 R\$ 740,94).

Os juros sobre o capital próprio alcançaram R\$ 20.892 mil no exercício (2021 R\$ 21.252 mil), correspondendo ao valor bruto R\$ 474,02 (2021 R\$ 448,90) por lote de mil ações preferenciais. Para ações ordinárias não houve pagamento em 2022 (2021 R\$ 25,05 por lote de mil ações), conforme nota explicativa nº 12<sup>b</sup>. Os juros sobre o capital próprio referente ao primeiro semestre totalizaram R\$ 10.446 mil (2021 R\$ 9.892 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 237,01 (2021 R\$ 224,45) por lote de mil ações preferenciais. Para o segundo semestre de 2022 foi aprovado o valor de R\$ 10.446 mil (2021 R\$ 11.360 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 237,01 (2021 R\$ 224,45) por lote de mil ações preferenciais. Para ações ordinárias não houve pagamento (2º Semestre 2021 R\$ 25,05 por lote de mil ações).

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.061.771 mil ao final do exercício (31/12/2021 R\$ 1.036.693 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 10.343,35 (31/12/2021 R\$ 10.099,05). A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada em 30/06/2022, aprovou o aumento do capital social para R\$ 517.001 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 27.403 mil.

O índice de capital instituído pelo Comitê de Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 14,48% (31/12/2021 14,53%) ao final do exercício, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê de Basileia.

### RECURSOS CAPTADOS

O volume de recursos captados pela Companhia ao final do exercício atingiu R\$ 9.640.881 mil (31/12/2021 R\$ 8.507.019 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 9.638.424 mil (31/12/2021 R\$ 8.502.167 mil) em depósitos interfinanceiros e R\$ 2.457 mil (31/12/2021 R\$ 4.852 mil) em repasses do BNDES e FINAME.

### ATIVOS E EMPRÉSTIMOS

O ativo total alcançou R\$ 10.995.068 mil (31/12/2021 R\$ 9.951.832 mil) ao final do exercício. A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 246.885 mil (31/12/2021 R\$ 210.221 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação". O total da carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" atingiu o saldo de R\$ 6.199.868 mil (31/12/2021 R\$ 5.680.507 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 99.762 mil (31/12/2021 R\$ 55.630 mil), correspondente a 1,59% (31/12/2021 0,97%) do total da carteira de crédito. O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 85.893 mil (31/12/2021 R\$ 78.569 mil), representando 1,37% (31/12/2021 1,37%) do total da carteira de crédito, 18,35% (31/12/2021 34,79%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

### OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

### DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que em reunião realizada em 16/02/2023, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022.

### AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023  
DIRETORIA

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INDIVIDUAL - R\$ MIL

Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Receitas da Intermediação Financeira	Nota Explicativa	Nota 2º Semestre		Exercícios	
		2022	2022	2022	2021
Operações de Crédito	6f	723.939	1.277.634	640.236	640.236
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		525.055	905.153	422.900	422.900
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5e	202.694	335.193	93.312	93.312
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		(4.044)	36.674	122.431	122.431
Despesas da Intermediação Financeira		234	614	1.593	1.593
Operações de Captação no Mercado		(545.342)	(925.071)	(290.600)	(290.600)
Resultado com Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(183)	(389)	(337)	(337)
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros				(3)	(3)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6d	(20.766)	(39.515)	(40.571)	(40.571)
Resultado da Intermediação Financeira		178.597	352.563	350.176	350.176
Outras Receitas Operacionais		30.930	65.508	72.412	72.412
Recursos de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		30.247	59.421	58.236	58.236
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	17	(1.513)	1.159	8.154	8.154
Outras Receitas Operacionais	16a	2.196	4.928	8.022	8.022
Principais Despesas Operacionais		(161.083)	(310.570)	(292.313)	(292.313)
Despesas de PESSOAL		(78.427)	(153.274)	(147.509)	(147.509)
Despesas Administrativas	16b	(47.169)	(88.726)	(78.995)	(78.995)
Despesas Tributárias		(12.144)	(24.234)	(22.413)	(22.413)
Outras Despesas Operacionais	16c	(23.343)	(44.336)	(43.396)	(43.396)
Despesas de Provisões		(17.316)	(34.675)	(18.413)	(18.413)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(17.316)	(34.675)	(18.413)	(18.413)
(-) Resultado Operacional		31.128	72.826	111.862	111.862
Outras Receitas e Despesas Não Operacionais		261	2.880	3.995	3.995
Resultado Antes dos Tributos e Participações		31.389	75.706	115.857	115.857
Tributos e Participações sobre o Lucro		(13.233)	(29.736)	(39.798)	(39.798)
Imposto de Renda e Contribuição Social	8	(5.376)	(14.886)	(33.549)	(33.549)
Provisão para Imposto de Renda		(1.579)	(17.601)	1.931	1.931
Provisão para Contribuição Social		(1.192)	(12.094)	(4)	(4)
Ativo Fiscal Diferido		(2.605)	14.809	(35.476)	(35.476)
Participação nos Lucros		(7.947)	(14.850)	(6.249)	(6.249)
Empregados		(7.947)	(14.850)	(6.249)	(6.249)
Resultado Líquido		18.066	45.970	76.059	76.059
Lucro por Lote de Mil Ações - R\$		175,99	447,82	740,94	740,94

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIVIDUAL - R\$ MIL

Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Lucro Líquido do Período	2º Semestre		Exercícios	
	2022	2022	2022	2021
Ajustes ao Lucro Líquido	32.749	63.664	41.582	41.582
- Depreciações e Amortizações	1.308	2.951	2.461	2.461
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	1.513	(1.159)	(8.154)	(8.154)
- Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20.766	39.515	40.571	40.571
- Provisão para Passivos Contingentes	17.269	34.294	15.104	15.104
- Provisão para Desvalorização Outros Valores e Bens	-	(23)	(224)	(224)
- Atualização de Depósitos Judiciais	(403)	(1.594)	(749)	(749)
- Resultado com Créditos Tributários	2.605	(14.809)	35.476	35.476
- Resultado com Obrigações Fiscais Diferidas	(10.309)	4.849	(42.903)	(42.903)
(Aumento)/Redução dos Ativos Operacionais	(247.960)	(603.323)	(1.746.737)	(1.746.737)
Títulos e Valores Mobiliários	(13.193)	(19.096)	(110.110)	(110.110)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.877)	(17.568)	(15.406)	(15.406)
Operações de Crédito	(212.759)	(519.361)	(1.588.501)	(1.588.501)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(17.680)	(32.191)	(28.086)	(28.086)
Outros Ativos	(2.451)	(15.107)	(4.634)	(4.634)
Aumento/(Redução) dos Passivos Operacionais	2.673.847	979.958	4.169.717	4.169.717
Depósitos	2.702.571	1.136.257	4.320.596	4.320.596
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(744)	(2.395)	(2.841)	(2.841)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(40.491)	(127.900)	(138.367)	(138.367)
Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	(11.064)	(23.447)	(20.335)	(20.335)
Outros Passivos	32.897	32.631	36.025	36.025
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.322)	(35.188)	(25.361)	(25.361)
Atividades de Investimentos	2.476.702	486.269	2.540.621	2.540.621
Aquisição de Imobilizados de Uso	(1.277)	(1.984)	(3.082)	(3.082)
Aplicações no Intangível	(81)	(573)	(450)	(450)
Alienação de Imobilizados de Uso	56	92	227	227
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	635	1.648	1.567	1.567
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(667)	(817)	(1.738)	(1.738)
Atividades de Financiamentos				
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(10.480)	(21.835)	(20.019)	(20.019)
Caixa Líquido de Atividades de Financiamento	(10.480)	(21.835)	(20.019)	(20.019)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes	2.465.555	463.617	2.518.864	2.518.864
Caixa e Equivalentes no Início do Período	1.864.524	3.866.462	1.347.598	1.347.598
Caixa e Equivalentes no Final do Período	4.330.079	4.330.079	3.866.462	3.866.462
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes	2.465.555	463.617	2.518.864	2.518.864

e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando o efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. b) **Ativo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobili

# FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955  
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EM R\$ MIL

Ouviodora: 0800-7220140

calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados pela Companhia, com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado. A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de *SWAP* registrados na B3, classificados como "*Hedge* de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3. As operações de crédito designadas para *hedge* risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requerido a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada de forma a constatar o efeito ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 5 destas demonstrações financeiras. **e) Operações de compra e de venda ou transferência de ativos financeiros:** A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014: I - Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios; II - Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e III - Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios. Na categoria "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. **f) Ativo permanente:** Demonstado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

• Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 17); • Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20%, móveis e utensílios e instalações 10%; e • Amortização, basicamente, de despesas com melhorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **g) Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

Imposto de Renda (I)	Contribuição Social (II)	PIS	COFINS (III)
Instituições Financeiras	25%	15%	0,65% e 4% 5%

(I) Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%. (II) Contribuição Social: A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou a alíquota de Contribuição Social, de 15% para 20% e é aplicável aos Bancos de qualquer espécie. A Lei nº 14.446/2022, que aprova a Medida Provisória nº 1.115/2022, alterou a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Bancos de 20% para 21% e para demais instituições financeiras 15% para 16%, sendo estas alíquotas aplicadas no período de 01/08/2022 até 31/12/2022 e; (III) ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços.

**i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorreram com: • Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 6 e 7); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 5); • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 letra "b"); e • Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 11/02/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. **l) Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. **l) Passivos contingentes** - fiscais e previdenciários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 10) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e previdenciárias. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **l) Resultado recorrente/não recorrente:** As políticas internas da Companhia consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração da Companhia considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regime, salienta-se que o lucro líquido da Companhia no exercício de 2022, no montante de R\$ 45.970, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

**3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
A Companhia possui certificados de depósitos interfinanceiros com empresa do Conglomerado no montante de R\$ 4.316.764 (31/12/2021) e R\$ 3.856.673 com taxas indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/01/2023.

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
**a) Composição da carteira:**

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria - livres:		
Letras financeiras do tesouro	184.527	147.067
<b>Vinculados a prestação de garantias:</b>		
Letras financeiras do tesouro	26.892	45.256
<b>Total Geral</b>	<b>211.419</b>	<b>192.323</b>

**b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento:**

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos para negociação (I)	90	91
Até 360 dias	90	91
Acima de 360 dias	0	0
Valor contábil (II)	184.527	147.067
Valor de mercado contábil (II)	184.527	147.067
Marcação		
Letras financeiras		
do tesouro	1.590.203.537	6.292.211.419
de 1 a 90 dias	6.292.211.419	211.270
de 91 a 360 dias	149.192.323	192.369
(46)		

(I) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. (II) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. - "Títulos para negociação": O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). • Ajuste dos títulos para negociação obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título "Resultado com títulos e valores mobiliários". Os títulos públicos são custodiados na SELIC.

**c) Composição dos títulos vinculados:**

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	3.609	34.827
Títulos dados em garantia em ações judiciais	18.283	10.429
<b>Total</b>	<b>26.892</b>	<b>45.256</b>

**5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**  
A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atenderem suas políticas de gestão de riscos. Tais políticas baseiam-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia com a autorização do Diretor de Tesouraria. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros e de *swap*, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem substancialmente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo. **a) Instrumentos financeiros derivativos:**

**Hedge de valor justo:**

	31/12/2022	31/12/2021
Valor de referência	969.623	1.254.169
Custo amortizado	1.254.169	1.254.169
Valor justo	1.254.169	1.615.981
Valor de referência	969.623	1.254.169
Custo amortizado	1.254.169	1.615.981
Valor justo	1.254.169	1.872.498
Posição ativa	969.623	1.254.169
Posição passiva	969.623	1.405.038
1.615.981	2.158.166	2.098.319

**Contratos de Swaps**  
- exposição líquida - (150.869) (80.353) - (285.668) (225.821)

**b) Contrato de futuros: Negociação:**

	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade de Contratos	2	2
Valor de Referência	5.000 (549.442)	23.110 (2.287.428)
Valor Justo	5.000 (549.442)	23.110 (2.287.428)

**c) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos financeiros derivativos":**

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - saldo a receber	37.065	37.065
Hedge de valor justo	37.065	37.065
Total	74.130	74.130
Passivo - saldo a pagar	17.898	17.898
Hedge de valor justo	17.898	17.898
Total	35.796	35.796

**d) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos: Hedge de valor justo:**

	31/12/2022	31/12/2021
Acima de 360 dias	36	36
de 91 a 360 dias	36	36
de 1 a 90 dias	36	36
Total	108	108
90 dias	36	36
360 dias	36	36
Total	72	72
90 dias	36	36
360 dias	36	36
Total	72	72

**e) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "Instrumentos financeiros derivativos":**

	2º Semestre	Exercícios
Hedge de valor justo	2022	2021
Negociação	37.065	37.065
justo	37.065	37.065
Total	74.130	74.130
Passivo	17.898	17.898
justo	17.898	17.898
Total	56.232	56.232

**f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado foi de:**

	2º Semestre	Exercícios
Hedge de valor justo	2022	2021
Negociação	37.065	37.065
justo	37.065	37.065
Total	74.130	74.130
Passivo	17.898	17.898
justo	17.898	17.898
Total	56.232	56.232

levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*. **h) Análise de sensibilidade:** A Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa. O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: a) situação de estresse determinada pela Companhia aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; b) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e c) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários b) e c) abaixo estão sendo apresentados por exigência dos órgãos reguladores, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

Exposição	31/12/2022		
	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	1.028.985	(82.315)	(96.849)
Exposição	1.028.985	(82.315)	(96.849)
Pré-fixada	918.205	(54.188)	(58.871)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**a) Composição da carteira de crédito:**

Setores de atividade:	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Sector privado				
Rural	43.295	0,7	63.363	1,1
Indústria	51.504	0,8	82.055	1,4
Comércio	498.142	7,9	974.692	17,0
Instituições financeiras	1.679	0,0	4.831	0,1
Outros serviços	1.002.510	16,0	481.161	8,4
Pessoas físicas	4.675.344	74,6	4.136.348	72,0
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>6.272.474</b>	<b>100,0</b>	<b>5.742.450</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos	2.808.043	44,8	2.749.724	47,9
Financiamentos	3.462.752	55,2	2.996.660	52,0
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.679	0,0	4.831	0,1
Outros créditos	-	-	1.235	0,0
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>6.272.474</b>	<b>100,0</b>	<b>5.742.450</b>	<b>100,0</b>
Ajuste ao valor de mercado - item objeto hedge	(27.606)	(0,4)	(61.943)	(1,1)
<b>Total global</b>	<b>6.199.868</b>		<b>5.680.507</b>	

**b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:**

Parcelas por Faixas de Vencimento:	31/12/2022			31/12/2021		
	A vencer	Vencidos	Total	A vencer	Vencidos	Total
Até 180 dias	2.033.599	20.911	2.054.510	32,8	1.867.486	12.595
de 181 a 360 dias	954.641	15.947	970.588	15,5	885.250	8.398
- acima de 360 dias	3.184.472	50.637	3.235.109	51,6	2.934.084	27.131
<b>Total vencidas</b>	<b>6.172.712</b>	<b>87.495</b>	<b>6.260.207</b>	<b>99,9</b>	<b>5.686.820</b>	<b>48.124</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>6.172.712</b>	<b>87.495</b>	<b>6.260.207</b>	<b>100,0</b>	<b>5.686.820</b>	<b>55.630</b>

**c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:** A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	31/12/2022			31/12/2021		
	(%) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	
AA	309.326	-	309.326	-	-	-
A	5.708.260	-	5.708.260	28.541	29.112	-
B	116.753	17.793	134.546	1.345	2.691	-
C	30.533	20.699	51.232	1.537	4.606	-
D	1.179	12.964	14.173	1.417	4.066	-
E	638	12.597	13.205	3.962	6.471	-
F	1.307	6.310	7.617	3.809	5.256	-
G	929	6.234	7.163	5.014	6.739	-
H	3.787	23.165	26.952	26.952	26.952	-
<b>Total</b>	<b>6.172.712</b>	<b>99.762</b>	<b>6.272.474</b>	<b>72.577</b>	<b>85.899</b>	

Níveis de Risco:	31/12/2021			31/12/2021		
	(%) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	
AA	311.198	-	311.198	-	-	-
A	5.235.462	-	5.235.462	26.177	37.173	-
B	116.447	10.140	126.587	1.266	3.416	-
C	13.450	10.839	24.289	729	2.407	-
D	1.189	6.756	7.945	795	2.382	-
E	630	4.359	4.989	1.497	2.494	-
F	184	4.090	4.274	2.137	2.991	-
G	2.735	3.983	6.718	4.703	6.718	-
H	5.525	15.463	20.988	20.988	20.988	-
<b>Total</b>	<b>5.686.820</b>	<b>55.630</b>	<b>5.742.450</b>	<b>58.292</b>	<b>78.569</b>	

(\*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

**d) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:**

	2º Semestre	Exercícios
2022	2022	2021
Saldo inicial do período</		

**b) Risco de Mercado:** Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria. **c) Risco de Liquidez:** O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações. **d) Risco de Crédito:** O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas. **e) Risco Operacional:** O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores. O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes. A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial. **f) Risco Socioambiental:** O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes. **15. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAÇÃO** O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O Índice de Capital para 31 de dezembro de 2022 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,48% (31/12/2021 14,53%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.

	Prudencial	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Patrimônio de Referência - Nível I</b>	<b>2.737.405</b>	<b>2.647.229</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.737.405</b>	<b>2.647.229</b>
Patrimônio Líquido	2.765.118	2.673.268
(-) Ajustes Prudenciais	(27.713)	(26.039)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.737.405</b>	<b>2.647.229</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>18.910.210</b>	<b>18.215.203</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	17.207.313	16.133.729
Risco de Mercado	287.010	744.691
Risco Operacional	1.415.887	1.336.783
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>1.512.817</b>	<b>1.457.216</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>472.755</b>	<b>364.304</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>14,48%</b>	<b>14,53%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>14,48%</b>	<b>14,53%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>14,48%</b>	<b>14,53%</b>

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total. Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 10,16% (31/12/2021 10,36%).

**16. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a) Outras receitas operacionais:**

	2º Semestre		Exercícios	
	2022	2022	2022	2021
Reversão de provisão fiscal	-	-	3.110	-
Dividendos prescritos	315	818	998	-
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.046	2.313	1.677	-
Recicla com portabilidade de crédito	601	1.229	1.597	-
Reversão de provisão operacional	212	545	149	-
Outras rendas operacionais	22	23	491	-
<b>Total</b>	<b>2.196</b>	<b>4.928</b>	<b>8.022</b>	<b>-</b>

**b) Despesas administrativas:**

	2º Semestre		Exercícios	
	2022	2022	2021	2021
Processamento de dados	(15.273)	(27.682)	(22.301)	-
Serviços de terceiros	(8.220)	(15.434)	(12.513)	-
Aluguéis	(4.573)	(9.364)	(8.698)	-
Serviços técnicos especializados	(4.009)	(8.177)	(6.793)	-
Serviços do sistema financeiro	(2.794)	(5.114)	(5.467)	-
Promoções e relações públicas	(1.834)	(3.661)	(2.971)	-
Propaganda e publicidade	(2.922)	(5.071)	(6.284)	-
Comunicações	(1.919)	(3.702)	(3.576)	-
Contribuições filantrópicas	(464)	(464)	(1.431)	-
Depreciação e amortização	(1.308)	(2.591)	(2.461)	-
Outras despesas administrativas	(3.853)	(7.466)	(6.500)	-
<b>Total</b>	<b>(47.169)</b>	<b>(88.726)</b>	<b>(78.995)</b>	<b>-</b>

**c) Outras despesas operacionais**

	2º Semestre		Exercícios	
	2022	2022	2021	2021
Comissões	(11.826)	(21.451)	(17.011)	-
Despesas com intermediação/igualização de contratos SVR - Sistema de Valores a Receber	(7.247)	(12.724)	(12.408)	-
Ressarcimento de custo de originação	-	(1.754)	-	(3.644)
Despesas com créditos inadimplentes	(797)	(1.432)	(1.372)	-
Indenização trabalhista e cível	(395)	(937)	(3.914)	-
Prêmio de operações de vendas - ligadas	(180)	(270)	(530)	-
Outras despesas operacionais	(2.304)	(4.278)	(4.517)	-
<b>Total</b>	<b>(23.343)</b>	<b>(44.336)</b>	<b>(43.396)</b>	<b>-</b>

**d) Contratação de seguros:** O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por RS 109.133 (31/12/2021 R\$ 102.245) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2021 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2021 R\$ 3.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado. **e) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia, não mantém planos de remuneração em ações (stock options) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

**17. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA**

Investida	Participação	% Capital	Patrimônio Líquido do período	Lucro ordinários	Resultado de Valor contábil Equivalência do Investimento Exercícios	
					31/12/2022	31/12/2021
Banco Alfa S.A.	80%	60,638	121.930	1.449.203.520	97.543	97.020
					1.159	8.154

**18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	2º Semestre		Exercícios	
	2022	31/12/2022	31/12/2021	2021
No início do período	1.864.524	3.866.462	1.347.598	-
Disponibilidades	13.074	9.789	12.699	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.851.450	3.856.873	1.334.899	-
No final do período	4.330.079	4.330.079	3.866.462	-
Disponibilidades	13.315	13.315	9.789	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	4.316.764	4.316.764	3.856.673	-
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.465.555	463.617	2.518.864	-

(i) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**19. OUTROS ASSUNTOS**

O Supremo Tribunal Federal julgou dois recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), de relatoria dos ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Tais julgamentos tinham como objeto a análise dos efeitos da coisa julgada em matéria tributária. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte posteriormente se posicione em sentido contrário. O Conglomerado Financeiro Alfa informa que cumpre integralmente suas obrigações fiscais com base a legislação tributária vigente e que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não produz efeitos com relação às Empresas do grupo.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para Opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**  
Conforme descrito nas notas explicativas nº 02 (b) e nº 6, a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.682/99, normativo que estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, divididos em nove faixas de risco, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação das operações de crédito, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, revisões desses riscos, bem como o processo de apuração e registro das provisões para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito. Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Companhia com base nas políticas internas de crédito, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Analisamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos

pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**  
As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 25P014428/O-6

**Fernando Antonio Rodrigues Alfredo**  
Contador CRC 15P25419/O-0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade: **a)** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitarem, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; **b)** As

Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2022, comparadas com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2021, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e ao Comunicado nº 14.259/06, ambos do Banco Central

do Brasil; e **c)** O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários".  
São Paulo - SP, 16 de fevereiro de 2023.

**Alton Carlos Canete**  
Nelson Marinello  
**Paulo Caio Ferraz de Sampaio**  
Fernando Pinto de Moura

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS IFRS**

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022		31/12/2021	
		2022	2021	2021	2020
Caixa e disponibilidades em bancos	3 / 4	138	190	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3 / 5	35.466	17.898	-	-
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras	3 / 6	5.688.100	4.010.547	-	-
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	3 / 7	7.243.832	6.701.233	-	-
Títulos para investimento	3 / 8	211.419	263.665	-	-
Ativos tangíveis		8.218	8.340	-	-
Ativos intangíveis		1.729	1.750	-	-
Ativos tributários diferidos	22b	105.248	86.637	-	-
Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos		1.916	1.042	-	-
Outros Ativos	9	106.091	90.665	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>13.402.157</b>	<b>11.181.967</b>		
<b>OBRIGAÇÕES</b>					
Passivos com instituições financeiras	3 / 10	11.938.494	9.612.389	-	-
Depósitos de clientes	3	88.638	75.629	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3 / 5	115.819	243.719	-	-
Empréstimos e repasses	3 / 11	2.457	4.852	-	-
Obrigações fiscais		47.115	52.894	-	-
Passivos contingentes e obrigações legais	12	28.773	18.334	-	-
Outros passivos	13	100.064	111.269	-	-
<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>12.321.360</b>	<b>10.119.086</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	14a	517.001	489.598	-	-

# FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955  
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

## \* continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos e passivos por valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. O valor contábil de operações de crédito designadas como objeto de "hedge" em transações qualificáveis para "hedge contábil" é ajustado ao valor justo no que diz respeito ao montante do risco "hedgado".

**e) Uso de estimativas e julgamentos:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras em IFRS da Companhia e sua controlada, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e da utilização de estimativas ocorrem com: • Perda esperada de operações de crédito e adiantamentos a clientes e a instituições financeiras (Notas Explicativas nº 3, 6 e 7); • Categorização e avaliação de instrumentos financeiros (Notas Explicativas nº 3, 5, 6, 7 e 8); • Passivos Contingentes e Obrigações legais (Nota Explicativa nº 12); • Ativos tributários diferidos (Nota Explicativa nº 22b); e • Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas Explicativas nº 3, 5 e 8). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos valores estimados. Informações adicionais sobre o uso de estimativas e julgamentos são apresentadas diretamente nas notas explicativas específicas.

**f) Mudanças nas principais práticas contábeis:** As políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **IFRS 16 - Arrendamentos:** A nova norma não altera a definição de arrendamento, em que o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos, o direito de utilizar o ativo por um período de tempo pactuado. Porém não existe mais a distinção entre os critérios contábeis aplicados para arrendamento operacional e arrendamento financeiro. A Companhia e sua controlada analisou seus contratos de arrendamento nos termos do IFRS16 - Arrendamento e não há efeitos significativos de valores decorrente da nova avaliação de classificação nas demonstrações financeiras.

**IFRS 23 - Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro:** Aplica-se a qualquer situação em que com o fim fiscal é aceitável, de acordo com a legislação aplicável, o valor justo de um ativo ou passivo. O escopo da interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido, no entanto, não se aplica à incerteza relativa a impostos abrangidos por outras normas. A Companhia e sua controlada não possuem impactos para fins de IFRS 23.

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Caixa e disponibilidades em bancos:** O saldo em caixa e disponibilidades em bancos compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil). **b) Instrumentos financeiros ativos e passivos:** Companhia e sua controlada tratam seus instrumentos financeiros ativos e passivos nos termos do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A classificação dos ativos financeiros é fundamentada nos modelos de negócios aprovados pela Administração da Companhia e sua controlada, bem como nas características dos fluxos de caixa contratuais. **i. Reconhecimento e mensuração Inicial IFRS 9:** Todos os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são reconhecidos inicialmente ao valor justo. No curso normal das operações, o valor justo de um instrumento financeiro não seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são incrementais, diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **ii. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e hierarquia do valor justo:** Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua controlada estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o IFRS 9 a seguir: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. • Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadram nos itens "1" e "2" acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados, excetos os passivos derivativos. O IFRS 13 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode envolver o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas de níveis de hierarquia de valor justo, a saber: i. Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; ii. Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); iii. Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos deste capítulo. **iii. Baixa:** Ativos financeiros são baixados quando a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou c) quando não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla. Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o IFRS 9, parágrafo 3.3.1. A Companhia e sua controlada decidiram manter a contabilidade de Hedge Accounting utilizada para os direitos de recebimento de juros estabelecidos em suas políticas contábeis de acordo com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tal como facultado pelo IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e descrito abaixo. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia e sua controlada. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam aos critérios determinados pelo IAS 39, são classificados de acordo com sua natureza em: **a) Hedge de Valor Justo:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado; **b) Hedge de Fluxo de Caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, cuja liquidez, liquidez e liquidez são utilizadas, liquidez utilizada, liquidez utilizada, tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. A Companhia e sua controlada não realizaram até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção ("hedge") com natureza de "hedge de fluxo de caixa". A Companhia e sua controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fazem uso de instrumentos financeiros derivativos, contratos de SWAP registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Classificados como "Hedge de Valor Justo", tendo como objeto operações de crédito. Para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3. As operações de crédito designadas para "hedge" de valor justo, como previsto no IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração são mensurados a valor justo apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRF) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nem o valor é reconhecido em resultado, e, portanto, não há mensuração de risco em resultado, no resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção ("hedge"), conforme requer o IAS 39, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 5. **d) Operações de crédito e adiantamentos:** As operações de crédito e adiantamentos para instituições financeiras e clientes são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, originados pela Companhia e sua controlada, reconhecidos por ocasião do seu desembolso e que não existe intenção de venda no curto prazo. São baixadas quando o cliente paga sua obrigação, quando não há expectativa de gerar fluxo de caixa futuro (inadimplência) ou quando cedidas com transferência substancial de todos os riscos e benefícios. As operações de crédito e adiantamentos para instituições financeiras e clientes são inicialmente registradas pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo incremental diretamente atribuível e são subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, com exceção do custo de juros, redutos por perdas por impairment. Para as operações de parcelas de crédito e adiantamentos que sejam designadas como objeto de "hedge", e cujo relacionamento de "hedge" se qualifica para "hedge" contábil de valor justo, o valor de carregamento destas operações especificamente no que diz respeito ao risco "hedgado" é ajustado a valor justo. Operações de compra de ativos financeiros com compromisso de revenda são registradas como operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras. A diferença entre o preço de compra e revenda é tratada como juros e apropriação de forma exponencial ao longo do prazo da operação. **e) Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos:** A IFRS 9 determina a utilização de um modelo prospectivo de "perda esperada". Isso exige um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam a perda esperada de crédito, que será determinada com base em probabilidades ponderadas. A perda esperada de crédito é resultado do produto de 3 fatores: a) probabilidade de descumprimento (PD), a perda recuperável do descumprimento (LGD) e a exposição a descumprimento (EAD). A PD refere-se à probabilidade de descumprimento de um cliente para com suas obrigações de liquidez de crédito esperada para 12 meses; • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **f) Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos:** Os ativos originalmente recebidos em garantia, que são retomados em ações de cobrança ou recebidos em "dação em pagamento" por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de "ativos recebidos em dação por recuperação de créditos" e são registrados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre seu valor justo, deduzidos dos custos esperados na venda, e o valor contábil do crédito ou adiantamento concedido objeto da recuperação. Subsequentemente, estes ativos são reavaliados no mínimo por ocasião dos balanços, pelo menor valor entre o valor de seu reconhecimento inicial e o seu valor justo deduzido dos custos esperados na venda. **g) Ativos tangíveis:** O imobilizado é demonstrado pelo valor de custo, excluindo os gastos com manutenção, deduzida a depreciação acumulada e, se necessário, o ajuste ao seu valor de recuperação. A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua vida útil estimada. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas de imobilizados são as seguintes:

Descrição	Tempo de vida útil estimado
Veículos e Equipamentos de Processamento de dados	05 anos
Demais itens	10 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "Outras Receitas" na demonstração do resultado do período em que o ativo foi alienado. **h) Passivos financeiros:** Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivativos incluem recursos de depósitos captados junto a clientes e instituições financeiras, títulos emitidos, captações de empréstimos e recursos de repasses. Estes passivos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação incorridos e são subsequentemente avaliados pelo seu custo amortizado, com base no método de taxa de juros efetivo. Quando os títulos são vendidos com cláusulas de compromisso de recompra a um preço predeterminado, estes ativos são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratado como juros e reconhecido ao longo do prazo da operação. Da mesma forma, portfólios de operações de crédito e adiantamentos cedidos com cláusula de cobrificação são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o

montante captado. Os ganhos e perdas apurados nas operações de cessão com cobrificação são reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações através do método da taxa de juros efetiva. **I) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: **Imposto de Renda (II) Contribuição Social (III) PIS - COFINS ISS (III)**

Instituições Financeiras	25%	15% - 20%	0,65%	4%	até 5%
--------------------------	-----	-----------	-------	----	--------

(I) Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%; (II) Contribuição Social: A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou a alíquota de Contribuição Social, de 15% para 20% e é aplicável aos bancos de qualquer espécie. A Medida Provisória nº 1.115/2022, altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos de 20% para 21% e para demais instituições financeiras 15% para 16%, sendo que estas alíquotas aplicadas no período de 01/08/2022 até 31/12/2022; e (III) ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos: (i) Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. (ii) Imposto diferido: O imposto diferido decorre de diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízos fiscais a compensar somente é reconhecido quando constatado que lucros tributáveis futuros serão gerados em montantes suficientes para sua compensação. A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. **J) Passivos contingentes e obrigações legais:** As provisões, que incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis. As obrigações contingentes, incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, decorrentes de fatos passados mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da instituição, são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como possível ou provável, neste último caso (provável), com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis. Os passivos contingentes são avaliados pela Companhia e sua controlada por meio da opinião de assessores jurídicos que levam em consideração a natureza das ações, a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **K) Margem financeira:** As receitas e despesas de juros são contabilizadas em rubricas contábeis de receita de juros e despesas de juros, na margem financeira, para todos os instrumentos financeiros utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro com base nos contratos, para o valor corrente atual de balanço dos ativos e passivos financeiros. A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e é revista subsequentemente em casos de renegociação de operações de crédito e adiantamentos que impliquem em mudança no seu fluxo estimado de pagamentos. Para o cálculo da taxa efetiva de juros são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros, não considerando, no entanto, perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todos os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações, que incluem equalizações em taxas, ágios e deságios, e custos da transação que puderam ser atribuídas diretamente. No que se refere aos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, o componente de juros inerente à variação no valor justo não é separado e é classificado na rubrica de resultado de instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. O ajuste decorrente de variação no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos mantidos para gestão de riscos que se qualificam para "hedge contábil" do tipo "hedge de valor justo" são contabilizados como receitas e despesas de juros, na margem financeira, mesmas rubricas onde são registrados os ajustes de variação no valor justo das exposições ao risco de taxa de juros, objeto de "hedge". As receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos vencidas são reconhecidas até o 59º dia após o vencimento, quando deixam de ser reconhecidas pela fluência do prazo e passam a ser reconhecidas por ocasião do seu recebimento. **L) Resultado líquido de serviços e comissões:** As receitas e as despesas de taxas e comissões que são incrementais e diretamente atribuíveis às operações de crédito integram a taxa efetiva de juros das operações e são apropriadas ao resultado nas rubricas de receitas ou despesas de juros, na margem financeira, ao longo dos prazos das operações. As demais receitas de taxas e comissões, que incluem comissões entre outras, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. **M) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações em tesouraria. Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. A Companhia e sua controlada não possuem durante os períodos reportados nestas demonstrações financeiras, dívidas conversíveis, ou programas de opções sobre ações próprias que tivessem o efeito de diluição dos resultados tal como previsto pelo IAS 33. **n) Segmentos operacionais:** Segmento é um componente distinto da Companhia e sua controlada que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico), e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos. Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial da Companhia e sua controlada, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos. As operações da Companhia e sua controlada constituem um segmento único, o segmento de Varejo, o qual é composto principalmente de operações de crédito consignado e operações de crédito direto ao consumidor.

**3. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Os ativos e passivos financeiros são avaliados em base contínua a valor justo ou ao custo amortizado. O resumo das práticas contábeis apresentado na nota explicativa nº 2 descreve como as classes de instrumentos financeiros são avaliadas e como as receitas e despesas, incluindo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo, são reconhecidas.

**a) Classes de Ativos e Passivos Financeiros:**

	Mensurado a Valor Justo por Meio do Resultado	Custo Amortizado (Empréstimo e Recebíveis)	Custo Amortizado (Ativos e Passivos Financeiros)	Total
--	---	--	--	-------

**Em 31 de Dezembro de 2022:**

**Ativos Financeiros**

Caixa e disponibilidades em bancos 138 138

Instrumentos financeiros derivativos 35.466 35.466

Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras 5.601.379 86.721 5.688.100

Operações de crédito e adiantamentos a clientes (72.606) 7.316.438 7.243.832

Títulos para investimento 211.419 211.419

**Total de ativos financeiros 5.775.658 7.403.159 138 13.178.955**

**Passivos Financeiros**

Passivos com instituições financeiras 11.938.494 11.938.494

Depósitos de Clientes 88.638 88.638

Instrumentos financeiros derivativos 115.819 115.819

Empréstimos e repasses 2.457 2.457

**Total de passivos financeiros 115.819 2.457 12.027.132 12.145.408**

**Em 31 de Dezembro de 2021:**

**Ativos Financeiros**

Caixa e disponibilidades em bancos 190 190

Instrumentos financeiros derivativos 17.898 17.898

Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras 3.996.910 13.637 4.010.547

Operações de crédito e adiantamentos a clientes (61.943) 6.763.176 6.701.233

Títulos para investimento 263.665 263.665

**Total de ativos financeiros 4.216.530 6.776.813 190 10.993.533**

**Passivos Financeiros**

Passivos com instituições financeiras 9.612.389 9.612.389

Depósitos de Clientes 75.629 75.629

Instrumentos financeiros derivativos 243.719 243.719

Empréstimos e repasses 4.852 4.852

**Total de passivos financeiros 243.719 4.852 9.688.018 9.936.589**

**b) Critério de valorização de instrumentos financeiros:**

	Custo Amortizado	Valor Justo	Nível I Preços de mercado cotados em mercados ativos	Nível II Técnica de valorização baseada em dados observáveis	Total
--	------------------	-------------	--	--	-------

**Em 31 de Dezembro de 2022:**

**Ativos Financeiros**

Caixa e disponibilidades em bancos 138 138

Instrumentos financeiros derivativos 35.466 35.466

Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras 5.601.379 86.721 5.688.100

Operações de crédito e adiantamentos a clientes (72.606) 7.316.438 7.243.832

Títulos para investimento 211.419 211.419

**Total de ativos financeiros 5.775.658 7.403.159 138 13.178.955**

**Passivos Financeiros**

Passivos com instituições financeiras 9.612.389 9.612.389

Depósitos de Clientes 75.629 75.629

Instrumentos financeiros derivativos 243.719 243.719

Empréstimos e repasses 4.852 4.852

**Total de passivos financeiros 243.719 4.852 9.688.018 9.936.589**

**d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":**

	31/12/2022	31/12/2021
--	------------	------------

**Ativo - Saldo a Receber**

Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado Hedge de valor justo Total Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado Hedge de valor justo Total

Swaps 35.466 35.466 17.898 17.898

**31/12/2022**

**Passivo - Saldo a Pagar**

Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado Hedge de valor justo Total Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado Hedge de valor justo Total

Swaps (115.819) (115.819) (243.719) (243.719)

**e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:**

**Hedge de valor justo:**

	31/12/2022	31/12/2021
--	------------	------------

Acima de 1.080 dias Total 10.840 (80.353) 1 a 90 dias 32.439 91 a 360 dias (71.756) 361 a 1.080 dias (94.869) 1.080 dias (26.757) (225.821)

**f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":**

	2022	2021
--	------	------

**Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado Hedge de valor justo Total Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado Hedge de valor justo Total**

Swaps Futuro (391) (391) 190 190

**Total 37.065 36.674 184 169.418**

**g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste negativo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:**

	2022	2021
--	------	------

**Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado Hedge de valor justo Total Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado Hedge de valor justo Total**

Swaps 10.669 10.669 29 294.731 294.760

	Custo Amortizado Taxa Efetiva de Juros	Valor Justo	Nível I Preços de mercado cotados em mercados ativos	Nível II Técnica de valorização baseada em dados observáveis	Total
--	--	-------------	--	--	-------

**Em 31 de Dezembro de 2021:**

**Ativos Financeiros**

Caixa e disponibilidades em bancos 190 190

Instrumentos financeiros derivativos 17.898 17.898

Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras 13.637 3.996.910 4.010.547

Operações de crédito e adiantamentos a clientes 6.763.176 (61.943) 6.701.233

Títulos para investimento 263.665 263.665

**Total de ativos financeiros 6.777.003 263.665 3.952.865 10.993.533**

**Passivos Financeiros**

Passivos com instituições financeiras 9.612.389 9.612.389

Depósitos de Clientes 75.629 75.629

Instrumentos financeiros derivativos 243.719 243.719

Empréstimos e repasses 4.852 4.852

**Total de passivos financeiros 9.692.870 243.719 9.936.589**

A metodologia utilizada para a mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como "nível II" (aplicações em depósitos interfinanceiros, instrumentos financeiros derivativos e operações de crédito objeto de "hedge") é o desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros destas operações, utilizando para tanto taxas usuais de mercado divulgadas pela B3 para ativos semelhantes. A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos financeiros para os quais não existam dados para precificação disponíveis em mercados ativos, portanto, não apresenta saldos que tenham sido avaliados conforme nível III. Os títulos para investimento, classificados no nível I da hierarquia de valor justo, são mensurados ao valor justo por meio de resultado, conforme Modelo de Negócios.

**c) Distribuição dos ativos e passivos financeiros por faixa de vencimento:**

	Operações Vencidas (*)	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Provisão para perda	Total
--	------------------------	-------------	---------------	------------------	---------------------	---------------------	-------

**Em 31 de Dezembro de 2022:**

**Ativos Financeiros**

Caixa e disponibilidades em bancos 138 138

Instrumentos financeiros derivativos 35.466 35.466

Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras 5.601.379 86.721 5.688.100

Operações de crédito e adiantamentos a clientes 13.425 1.007.156 2.293.632 2.641.772 1.359.468 (71.621)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS**

\* continuação

**Contabilidade de "Hedge":** A Companhia e sua controlada adotam a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. A Companhia e sua controlada adota a prerrogativa prevista no IFRS 9, especificamente item 6.1.3, portanto mantém a contabilidade de hedge conforme determina o IAS 39. Nos termos do IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Companhia e sua controlada utilizaram a prerrogativa de reconhecimento dessas operações de crédito e dos correspondentes instrumentos derivativos adotando a "contabilidade de hedge".

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Composição de operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras:**

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.601.379	3.996.910
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central	5.669	10.840
Outros depósitos no Banco Central	81.052	2.797
<b>Total</b>	<b>5.688.100</b>	<b>4.010.547</b>

**b) Análise das operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras por faixa de vencimento:**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 meses	Saldo	Até 3 meses	Saldo
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.601.379	5.601.379	3.996.910	3.996.910
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central	5.669	5.669	10.840	10.840
Outros depósitos no Banco Central	81.052	81.052	2.797	2.797
<b>Total</b>	<b>5.688.100</b>	<b>5.688.100</b>	<b>4.010.547</b>	<b>4.010.547</b>

**c) Análise da movimentação das perdas esperadas:** Em processo contínuo de análise de crédito na carteira de operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras, a Companhia e sua controlada não detectou a necessidade de constituir provisão para perdas esperadas para estes ativos.

**7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ADIANTAMENTOS A CLIENTES**

**a) Composição do saldo de operações de crédito e adiantamentos a clientes:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Operações de crédito e adiantamentos a clientes</b>		
Empréstimos e títulos descontados	3.975.242	3.867.233
Financiamentos	3.412.817	2.951.769
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de hedge	(72.606)	(61.943)
<b>Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes</b>	<b>7.315.453</b>	<b>6.757.059</b>

**(-) Perdas por ajuste ao valor de recuperação de ativos financeiros**

Empréstimos e títulos descontados	(71.621)	(55.826)
Financiamentos	(71.621)	(55.826)
<b>Total perdas esperadas</b>	<b>7.243.832</b>	<b>6.701.233</b>

**Saldo total de operações de crédito e adiantamentos a clientes**

	<b>7.243.832</b>	<b>6.701.233</b>
--	------------------	------------------

**b) Análise das operações de crédito e adiantamentos a clientes por faixa de vencimento:**

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
<b>Parcelas Vencidas</b>					
Empréstimos e títulos descontados	455.620	924.635	1.404.560	1.184.250	3.969.065
Financiamentos	566.146	1.381.536	1.251.982	205.905	3.405.569
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de hedge	(14.610)	(12.539)	(14.770)	(30.687)	(72.606)
<b>Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas</b>	<b>1.007.156</b>	<b>2.293.632</b>	<b>2.641.772</b>	<b>1.359.468</b>	<b>7.302.028</b>

**Parcelas Vencidas**

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	3.090	3.071
Financiamentos	4.242	2.998
<b>Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas</b>	<b>7.332</b>	<b>6.069</b>

**Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes**

	<b>1.014.488</b>	<b>2.299.701</b>
--	------------------	------------------

**Parcelas Vencidas**

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	476.966	834.542
Financiamentos	386.532	1.343.653
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de hedge	(11.817)	(10.871)
<b>Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas</b>	<b>851.681</b>	<b>2.167.324</b>

**Parcelas Vencidas**

Empréstimos e títulos descontados	2.363	2.350
Financiamentos	1.960	1.682
<b>Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas</b>	<b>4.323</b>	<b>4.032</b>

**Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes**

	<b>856.004</b>	<b>2.171.356</b>
--	----------------	------------------

**c) Análise da movimentação das perdas esperadas:** A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

**d) Análise das receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes:**

	Exercícios 2022	Exercícios 2021
<b>Receitas de juros de operações de crédito e adiantamento a clientes</b>		
Empréstimos e títulos descontados	548.584	349.905
Financiamentos	505.835	169.301
<b>Total de receitas de juros de operações de crédito e adiantamento a clientes</b>	<b>1.054.419</b>	<b>519.206</b>

**8. TÍTULOS PARA INVESTIMENTO**

**a) Composição dos títulos para investimento:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Títulos e Valores Mobiliários - Valor Justo por Meio do Resultado Livres</b>		
- Letras Financeiras do Tesouro	184.527	218.151
Subtotal	184.527	218.151
<b>Vencidas</b>		
- Letras Financeiras do Tesouro	26.892	45.514
<b>Total de títulos e valores mobiliários - Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>211.419</b>	<b>263.665</b>

**b) Composição de títulos para investimento por faixa de vencimento:**

	31/12/2022					Valor do custo (1)
	Até 90 dias	90 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo	
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>						
<b>Títulos de dívida pública</b>						
- Letras Financeiras do Tesouro	1.590	203.537	6.292	211.419	211.270	211.270
<b>Total de Títulos para investimento</b>	<b>1.590</b>	<b>203.537</b>	<b>6.292</b>	<b>211.419</b>	<b>211.270</b>	<b>211.270</b>

(1) Representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos contratuais até a data do balanço.

**9. OUTROS ATIVOS**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas	52.616	33.435
Depósitos judiciais	42.169	42.003
Carteira de Crédito - recursos em trânsito	5.994	9.799
Tributos Antecipados	2.241	1.357
Diversos	3.071	4.071
<b>Total de outros ativos</b>	<b>106.091</b>	<b>90.665</b>

**10. PASSIVOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Composição dos passivos com instituições financeiras por faixa de vencimento:**

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
<b>Passivos com instituições financeiras</b>					
Depósitos a vista	3.758	-	-	-	3.758
Depósitos interfinanceiros	39.580	4.017.356	7.591.030	286.770	11.934.736
<b>Total de passivos com instituições financeiras</b>	<b>43.338</b>	<b>4.017.356</b>	<b>7.591.030</b>	<b>286.770</b>	<b>11.938.494</b>

**b) Características dos passivos com instituições financeiras**

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
<b>Passivos com instituições financeiras</b>					
Depósitos a vista	7.814	-	-	-	7.814
Depósitos interfinanceiros	574.803	1.501.009	4.862.399	2.666.364	9.604.575
<b>Total de passivos com instituições financeiras</b>	<b>582.617</b>	<b>1.501.009</b>	<b>4.862.399</b>	<b>2.666.364</b>	<b>9.612.389</b>

**11. EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

**a) Composição de empréstimos e repasses:**

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por repasses - BNDES	464	464
Obrigações por repasses - FINAME	2.457	4.388
<b>Total de empréstimos e repasses</b>	<b>2.457</b>	<b>4.852</b>

**b) Composição de empréstimos e repasses por faixa de vencimento:**

	31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
<b>Obrigações por repasses - FINAME</b>					
Obrigações por repasses - FINAME	370	944	1.143	-	2.457
<b>Total de empréstimos e repasses</b>	<b>370</b>	<b>944</b>	<b>1.143</b>	<b>-</b>	<b>2.457</b>

**c) Características dos empréstimos e repasses:**

	31/12/2022				
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil		
Depósitos a vista	17/07/2023	de 1,30% a.a.	108		
Depósitos interfinanceiros pré-fixados	15/06/2023	4,09% a 4,25% a.a. + TLP-IPC	63		
Depósitos interfinanceiros pós-fixados	15/08/2025	1,33% a.a. + SELIC	2.286		
<b>Total de empréstimos e repasses</b>			<b>2.457</b>		

Vencimento (1)	31/12/2021			
	Taxa de juros	Valor contábil		
Empréstimos e repasses pré-fixados	17/07/2023	de 1,30% a 5,18% a.a.	1.112	
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/06/2023	4,09% a 4,25% a.a. + TLP-IPC	211	
Empréstimos e repasses pós-fixados	17/10/2022	de 1,34% a.a. + TJLP	479	
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/08/2025	1,33% a.a. + SELIC	3.050	
<b>Total de empréstimos e repasses</b>			<b>4.852</b>	

(1) Os empréstimos e repasses possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação realizada que na data destas demonstrações financeiras possui o prazo mais longo.

**12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2022 estão demonstradas a seguir:

Movimentação	31/12/2022			
	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo inicial em 01/01/2022</b>	<b>1.012</b>	<b>15.446</b>	<b>1.876</b>	<b>18.334</b>
(+) Complemento de provisão	-	33.698	417	34.115
(-) Atualização de provisão	82	-	-	82
(-) Baixa por pagamento	-	(23.192) (*)	(566)	(23.758)
<b>Saldo final em 31/12/2022</b>	<b>1.094</b>	<b>25.952</b>	<b>1.727</b>	<b>28.773</b>

**a) Composição de empréstimos e repasses:**

Movimentação	31/12/2022			
	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo inicial em 01/01/2021</b>	<b>4.155</b>	<b>17.713</b>	<b>1.241</b>	<b>23.109</b>
(+) Complemento de provisão	(3.224)	17.569	1.225	15.570
(-) Atualização de provisão	81	-	-	81
(-) Baixa por pagamento	-	(19.836) (*)	(590)	(20.426)
<b>Saldo final em 31/12/2021</b>	<b>1.012</b>	<b>15.446</b>	<b>1.876</b>	<b>18.334</b>

(\*) Refere-se, basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

**a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento. A Companhia e sua controlada possuem outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 14.600 (31/12/2021 R\$ 14.403).**

**b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensões trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento das ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisões, são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia e sua controlada a esse título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 2.622 (31/12/2021 R\$ 13.506).**

**c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 7.325 (31/12/2021 R\$ 5.400) na data destas demonstrações financeiras, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.**

**13. OUTROS PASSIVOS**

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	49.847	50.779
Provisões de pessoal e administrativa	26.547	35.350
Dividendos e bonificações a pagar	12.413	13.111
Participação nos lucros e gratificações a pagar	8.411	6.672
Outros	2.799	5.337
<b>Total de outros passivos</b>	<b>100.064</b>	<b>111.269</b>

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Composição do capital social:**

	Quantidade de ações	Saldo Total	Saldo Capital
<b>Ordinárias</b>			
Ordinárias	58.578.469	44.074.087	102.652.556
Aumento de capital	-	-	27.403
<b>Saldo final em 31/12/2022</b>	<b>58.578.469</b>	<b>44.074.087</b>	<b>102.652.556</b>

(I) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada pelo Banco Central do Brasil em 30/06/2022, aprovou o aumento de capital social para R\$ 517.001 mediante incorporação de reservas de lucro no montante de R\$ 27.403. (II) Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até a) 300.000 ações ordinárias e b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189. A quantidade de ações em tesouraria em 31/12/2022 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407. Em 31/12/2022 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente. O valor de mercado das ações, em 31/12/2022, era de R\$ 5,18 por ação ON e R\$ 5,15 por ação PN.

**b) Reservas de lucros:**

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal	77.086	74.787
Reserva estatutária - aumento de capital	374.710	381.612
Reserva estatutária - dividendos	390.282	98.004
<b>Total</b>	<b>842.078</b>	<b>554.403</b>

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre social nos termos de legislação societária, até o limite de 20% do capital social. **c) Lucros acumulados:** A legislação societária brasileira determina que não reste saldo em conta de lucros acumulados devendo a Companhia e sua controlada providenciar para que haja a distribuição integral do seu saldo, seja na forma de distribuição de dividendos ou constituição de reservas. Considerando que aos ajustes feitos para a adoção dos padrões internacionais de relatório financeiro não será dada destinação, por não refletirem as normas contábeis societárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais para fins societários estão vinculadas às normas de contabilidade emitidas pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), a Administração optou por apresentar na conta "lucros ou prejuízos acumulados" as diferenças decorrentes destes ajustes. **d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital e adicional de 8% de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos. Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos de no mínimo 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP). A política de remuneração do capital adotada pela Companhia e sua controlada visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social. Os valores aprovados foram calculados tomando por base os resultados apurados segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP).

**15. MARGEM FINANCEIRA**

||
||
||

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS**

Financieira Alfa, descrito na nota 1, e os testes de sensibilidade para três cenários de estresse possíveis: **A)** situação de estresse determinada pela Administração da Companhia e sua controlada e aprovado em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM); **B)** situação de estresse com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e **C)** situação de estresse com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários "b" e "c", referem-se a cenários que a Administração do Conglomerado não acredita que possam ocorrer. Quanto ao cenário "a" a Administração entende que se trata de uma situação possível de ocorrer. **c) Risco operacional:** A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito e a consequente adoção de medidas preventivas, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Gestão Integrada de Riscos, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br). Conforme regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, as informações referentes à gestão de riscos, a apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br).

**25. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E ÍNDICES DE SOLVÊNCIA**  
O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada para todo o Conglomerado Financeiro Alfa e está sob a responsabilidade do Diretor de Gerenciamento de Capital, com o suporte de uma unidade composta pelas gerências gerais de Gestão de Riscos e de Contabilidade. Esta unidade é responsável pela avaliação e acompanhamento contínuo das necessidades de capital da instituição vis-à-vis seus objetivos estratégicos. Para o gerenciamento de capital, são empregadas políticas e estratégias de forma a compatibilizar o nível de capital com os riscos incorridos, antecipando-se às necessidades decorrentes de possíveis mudanças de mercado, e buscando manter o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) do Conglomerado compatível com o Patrimônio de Referência (PR), conforme as diretrizes da Resolução nº 4.193, de 01/03/2013. O Conglomerado Financeiro Alfa opera atualmente com um baixo nível de alavancagem e mantém uma base sólida de capital que transmite segurança e credibilidade aos acionistas, credores, clientes e ao mercado em geral. Sua política de distribuição de lucros visa à manutenção dos níveis de capitalização, com o pagamento de dividendos pelo mínimo exigido pela legislação societária que é de 25% do lucro líquido do exercício. A Administração entende que esta condição permitirá o crescimento sustentável da instituição por um longo período de tempo. A descrição da estrutura de gerenciamento de capital encontra-se disponível no site [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br). **Índice de capital:** O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O índice de capital para 31 de dezembro de 2022 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,48% (31/12/2021 14,53%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%.

**26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**  
**a)** Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com a IAS 24, são efetuadas operações com empresas controladas e ligadas, conforme demonstramos a seguir:

	Exercícios			
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receltas (Despesas)	Receltas (Despesas)
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>(15.482)</b>	<b>(9.820)</b>	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(2.738)	(3.903)	-	-
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(495)	(550)	-	-
Alfa Previdência e Vida S.A.	(127)	(26)	-	-
Alfa Seguradora S.A.	(220)	(59)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(324)	(3.172)	-	-
C&C Casa e Construção	(531)	(858)	-	-
Outras partes relacionadas	(11.047)	(1.441)	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)</b>	<b>(6.633.357)</b>	<b>(5.607.665)</b>	<b>(668.855)</b>	<b>(220.075)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	<b>(6.633.357)</b>	<b>(5.607.665)</b>	<b>(668.855)</b>	<b>(220.075)</b>
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	(7.383)	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(6.633.357)	(5.607.665)	(668.855)	(212.692)
<b>Aplicações (Captações) no mercado aberto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>(62)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	7	(62)
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	-	7	(62)
<b>Aquisição de ativos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28</b>
- Outras partes relacionadas	-	-	-	28
C&C Casa e Construção Ltda	-	-	-	28
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>(5.139)</b>	<b>(6.240)</b>	-	-
- Outras partes relacionadas	<b>(1.857)</b>	<b>(3.109)</b>	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(372)	-	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	(2)	(372)	-	-
Corumbal Participações e Administração	(1.853)	(2.365)	-	-
- <b>Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora</b>	<b>(3.282)</b>	<b>(3.131)</b>	-	-
<b>Outras transações (2)</b>	<b>(491)</b>	<b>(435)</b>	-	<b>(36.166)</b>
- Outras partes relacionadas	<b>(491)</b>	<b>(435)</b>	-	<b>(36.166)</b>
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	-	230	-	-
Alfa Seguradora S.A.	-	(27)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(491)	(408)	-	(4)
				(36.162)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e sua controlada e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. (2) Os ressumentos de custos referem-se basicamente à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes. b) Remuneração dos Administradores: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria. Em 2022,

foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 859 (R\$ 784 em 2021). No exercício, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 17.088 (R\$ 14.566 em 2021). A Companhia e sua controlada não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho. **b.1)** Conforme legislação em vigor, a Companhia e sua controlada não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; - Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia e sua controlada empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. c) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 31 de dezembro de 2022: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

**27. AJUSTES PARA OS PADRÕES INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO - IFRS**  
Essas demonstrações financeiras foram preparadas em atendimento ao Comunicado 14.259/06, Resolução nº 3.786/09 e Circulares nº 2.472/09 e nº 3.516/10 do Banco Central do Brasil e seguem as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), entidade brasileira credenciada pela Fundação Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Fundação IASC). Apresentamos a seguir a conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre as práticas contábeis adotadas pelas instituições no Brasil e o IFRS: **a) Reconciliação do Patrimônio Líquido apurado segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o Patrimônio Líquido dos acionistas controladores apurado segundo IFRS:**

Participação de acionistas não controladores	Impacto Acumulado	
	Ref. 31/12/2022	31/12/2021
<b>Patrimônio líquido cfe. normas de contabilidade societária aplicável às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil</b>	<b>1.061.771</b>	<b>1.036.693</b>
Participação de acionistas não controladores	24.386	24.255
<b>Total do Patrimônio líquido</b>	<b>1.086.157</b>	<b>1.060.948</b>
Ajuste de conversão para IFRS referente período anterior	1.933	704
Ajuste taxa efetiva de juros	(a) (8.353)	(2.249)
Perdas esperadas	(b) (3.774)	4.329
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(c) 4.834	(851)
<b>Patrimônio líquido conforme IFRS</b>	<b>1.080.797</b>	<b>1.062.881</b>

**b) Reconciliação do resultado apurado segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o resultado apurado segundo IFRS:**

Resultado cfe. normas de contabilidade societária aplicável às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Exercícios	
	Ref. 2022	2021
Atribuído a acionistas não controladores	45.970	76.059
<b>Resultado líquido</b>	<b>46.260</b>	<b>78.097</b>
Ajuste taxa efetiva de juros	(a) (8.353)	(2.249)
Perdas esperadas	(b) (3.774)	4.329
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(c) 4.834	(851)
<b>Resultado líquido conforme IFRS</b>	<b>38.967</b>	<b>79.326</b>

**(a) Taxa efetiva de juros: Diferimento de encargos financeiros:** As normas de contabilidade societária aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil prevêm que certos encargos relacionados a determinados ativos financeiros sejam reconhecidos no resultado no momento da origem da operação, outros encargos tais como, comissões pagas a lojistas e revendedores são registrados em rubrica de "Outros Ativos - Despesas Antecipadas" e reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo das respectivas operações. As normas internacionais de relatório financeiro IFRS 9, determinam que os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações de crédito compõem a taxa efetiva de juros da operação e sejam alocados ao resultado ao longo do prazo da operação, de forma exponencial, tomando por base esta taxa efetiva de juros. Desta forma, os encargos relacionados a comissões pagas aos lojistas e revendedores, bem como tarifas de serviços cobradas junto aos clientes, que possam ser diretamente atribuíveis às operações, em IFRS, fazem parte da taxa efetiva de juros e serão registradas nas contas de empréstimos, financiamentos e adiantamentos de clientes e serão reconhecidos nos resultados dos períodos, na rubrica "Receltas de Juros" pelo prazo das respectivas operações. **(b) Perdas esperadas:** A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulatórios. A provisão para perdas esperadas de ativos financeiros, segundo o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, segundo o critério de perda esperada. Essas perdas são mensuradas nas seguintes bases: a) Perdas de crédito esperada para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia e sua controlada mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou o, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Em decorrência destas diferenças de critérios, a Administração da Companhia e sua controlada realizou ajustes nos livros contábeis segundo as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, para refletir as definições do IFRS 9. **(c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** As diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas quando da aplicação das normas internacionais de relatório financeiro - IFRS geram ativos e passivos diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, os quais foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Despesas	Despesas
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>(15.482)</b>	<b>(9.820)</b>	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(2.738)	(3.903)	-	-
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(495)	(550)	-	-
Alfa Previdência e Vida S.A.	(127)	(26)	-	-
Alfa Seguradora S.A.	(220)	(59)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(324)	(3.172)	-	-
C&C Casa e Construção	(531)	(858)	-	-
Outras partes relacionadas	(11.047)	(1.441)	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)</b>	<b>(6.633.357)</b>	<b>(5.607.665)</b>	<b>(668.855)</b>	<b>(220.075)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	<b>(6.633.357)</b>	<b>(5.607.665)</b>	<b>(668.855)</b>	<b>(220.075)</b>
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	(7.383)	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(6.633.357)	(5.607.665)	(668.855)	(212.692)
<b>Aplicações (Captações) no mercado aberto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>(62)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	7	(62)
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	-	7	(62)
<b>Aquisição de ativos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28</b>
- Outras partes relacionadas	-	-	-	28
C&C Casa e Construção Ltda	-	-	-	28
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>(5.139)</b>	<b>(6.240)</b>	-	-
- Outras partes relacionadas	<b>(1.857)</b>	<b>(3.109)</b>	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(372)	-	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	(2)	(372)	-	-
Corumbal Participações e Administração	(1.853)	(2.365)	-	-
- <b>Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora</b>	<b>(3.282)</b>	<b>(3.131)</b>	-	-
<b>Outras transações (2)</b>	<b>(491)</b>	<b>(435)</b>	-	<b>(36.166)</b>
- Outras partes relacionadas	<b>(491)</b>	<b>(435)</b>	-	<b>(36.166)</b>
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	-	230	-	-
Alfa Seguradora S.A.	-	(27)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(491)	(408)	-	(4)
				(36.162)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e sua controlada e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. (2) Os ressumentos de custos referem-se basicamente à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes. b) Remuneração dos Administradores: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria. Em 2022,

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADORA	
<b>Presidente</b>	Christophe Yvan François Cadier	<b>Diretor Presidente</b>	Fabio Alberto Amorimiro	<b>Contadora</b>	Eliane Carolina Quaglio Arjonas
<b>Conselheiros</b>	Adilson Herrero e Luiz Alves Paes de Barros	<b>Diretor Administrativo</b>	Antonio José Ambrozano Neto	<b>Contador</b>	CRS 15P 232846/O-2
		<b>Diretor de Operações</b>	Fabiano Siqueira de Oliveira		
			Felipe Barbosa da Silveira e Silva		
			Marcelo Borba Bauer		

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

preparados pela Companhia e por sua controlada para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação das perdas esperadas de operações de créditos analisados de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis a mensuração das perdas esperadas das operações de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores**  
A Administração da Companhia e sua controlada é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas**  
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e da sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 25P014428/O-6  
Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador - CRC 15P252419/O-0

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO 2º SEMESTRE DE 2022 ENCERRADO EM 31 DEZEMBRO DE 2022**

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

**Atividades do Comitê**  
O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de julho a dezembro de 2022 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

**Administração de Riscos**  
Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

**Ouvidoria**  
Norteador pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.860, de 23.10.2020 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

**Controles Internos**  
O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o Compliance Regulatório através do cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

**Prevenção à Lavagem de Dinheiro**  
O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos relativos às análises reputacionais e verificações KY ("conheça seu"), monitoramento de alertas e discussões os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro.

**Segurança da Informação**  
O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades realizadas pelas áreas de Segurança da Informação/TI, Controles Internos e Auditoria Interna, como da implantação de ações que compõem o plano integrado de segurança da informação:

**Ações concluídas:**  
i. Segurança da Informação (1ª Linha):  
a. Conclusão da migração do serviço de Gestão de Vulnerabilidade - nov/2022.  
b. Definido que será mantido o contrato com a Axur, em complemento à PWC, para prestação do serviço de Threat Intelligence (monitoramento de marca, páginas falsas, deepweb, etc.).  
ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha)  
c. Etapa 1 de entrevistas - gestores de TI/LGPD - para mapeamento de processos;  
d. Apresentação ao GIRC e ao Comitê de Riscos, sobre os resultados do mapeamento de Segurança de TI, identificando a maturidade atual x cenário desejado;  
e. O resultado das entrevistas foi enviado aos gestores de TI/LGPD, para elaborar durante o 1º tri/2023 os respectivos planos de ação para o aumento da maturidade em segurança cibernética;

**Ações em andamento:**  
i. Segurança da Informação (1ª Linha):  
a. Implantação do portal PWC com foco em Threat Intelligence.  
ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha):  
a. Etapa 2 de entrevistas - gestores das Áreas de Negócios - para mapeamento de processos e elaboração dos planos de ação de Segurança da Informação - até jun/2023;  
b. Inclusão de todas as áreas que participam do GIRC no serviço de avaliação e compliance de segurança de nuvens (recurso exclusivo para a nuvem da Amazon), recentemente contratado - este processo ocorrerá ao longo de 2023.  
iii. Auditoria Interna (3ª Linha):  
a. Monitoramento testes de penetração - atividade contínua;  
b. Avaliação sobre a evolução das ações da 2ª linha - a Auditoria emitirá parecer durante o 1º tri/2023;  
c. Trabalho específico na ferramenta DLP (Data Loss Prevention) - conclusão prevista para o 1º tri/2023;  
d. Trabalho específico em LGPD - conclusão prevista para o 1º tri/2023.

**Ações futuras**  
i. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha):  
a. Monitorar a implementação dos planos de ação enviados pela TI, LGPD e áreas de negócios;  
b. Reavaliação da maturidade da estrutura de SI do conglomerado após implementação dos planos de ação.

ii. Auditoria Interna (3ª Linha):  
a. Follow up dos planos de ação que serão apresentados pelos gestores de TI/LGPD à 2ª linha.  
**Auditoria Externa e Interna**  
A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.  
Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 31.12.2022; b) o Fvdo do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do primeiro semestre de 2022.  
Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações. Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.  
Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.  
Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas